



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CATHARINA MOURA E ALBERTINA CORREIA LIMA: AS CONTINUIDADES NO DISCURSO PELOS DIREITOS DA MULHER

Maria Lúcia da Silva Nunes; Éricka Domiciano da Silva; Stelyane de Oliveira Melo

Universidade Federal da Paraíba

mlsnunesml@gmail.com
erycka_ds8@hotmail.com
stelyanemelo@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho foi produzido a partir do projeto de pesquisa *Quando as mulheres escrevem textos sobre educação na imprensa paraibana (1920 a 1939)*, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR/PB), do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba. A leitura apresentada se insere no campo da História da Educação privilegiando a história das mulheres e sua interface com as questões de gênero, numa abordagem histórico-documental. Objetivamente interessa destacar dois textos publicados no jornal A União, imprensa oficial do estado da Paraíba; o primeiro, de Catharina Moura, publicado em 01 de abril de 1913, é uma conferência que tem por título “Os Direitos da Mulher”; e o segundo é de Albertina Correia Lima, de 22 de fevereiro de 1933 e tem por título “A mulher e seus direitos em face de nossa legislação”. Tomando-os como fontes de leitura, desenvolve-se uma reflexão sobre o quanto o discurso em torno dos direitos femininos perdurou em diferentes épocas, e posteriormente identificam-se semelhanças e continuidades nos dois discursos sobre o tema em pauta. Após leitura dos textos citados, pode-se dizer que, mesmo havendo um intervalo de duas décadas entre suas publicações, prevalecem as semelhanças de questões a serem defendidas em prol da emancipação feminina, o que denota uma luta persistente e árdua no tempo da história moderna. As autoras argumentam sobre a inferioridade feminina, tentando convencer seus ouvintes de que isto é uma criação histórica e social da sociedade em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Direitos da mulher, Escrita feminina paraibana.

Introdução



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Este texto foi produzido a partir dos resultados obtidos no projeto de pesquisa *Quando as mulheres escrevem textos sobre educação na imprensa paraibana (1920 a 1939)*, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR/PB), do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba. No desenvolver da pesquisa foram analisados jornais e revistas que tiveram circulação no período compreendido, entre 1920 e 1939, no intuito de identificar nestes impressos textos escritos por mulheres acerca da educação, seja ela de forma institucionalizada ou de caráter não formal, que de alguma maneira expressavam ou apontavam para um modo de educar.

Para este texto, utiliza-se como fonte dois textos publicados no Jornal A União, o primeiro é uma conferência de autoria de Catharina Moura, publicado em 01 de abril de 1913, que tem por título “Os Direitos da Mulher”; e o segundo é de Albertina Correia Lima, do dia 22 de fevereiro de 1933 com o título “A mulher e seus direitos em face de nossa legislação”. Órgão da imprensa oficial do estado da Paraíba, fundado no dia 2 de fevereiro de 1893 pelo presidente da então província, Álvaro Machado, o aludido jornal tem circulação diária e é o único fundado no século XIX que permanece em funcionamento até os dias atuais.

Em suas primeiras edições tinha como equipe redacional: Gama e Melo, Joaquim Moreira Lima, Ivo M. Borges da Fonseca, José Ferreira de Novaes, Diogo Velho Sobrinho, Dias Pinto e João Leopoldo. A administração era de responsabilidade de Tito Henriques da Silva, e a equipe técnica era composta por: Francisco Aranha de Farias, Francisco Rodrigues Godinho, João Câncio da Silva, Cassiano Hipólito R. dos Santos e José Ulisses Noronha. Sua localização inicial era na rua Visconde de Pelotas, formando esquina com a Miguel Couto, depois mudou-se para a Duque de Caxias, e hoje situa-se na rua General Osório, 253, onde funcionava a Biblioteca Pública do estado.

O jornal A União tem exercido um papel importante na formação da sociedade paraibana. O seu caráter oficial não o impediu de ser o condutor de temáticas relevantes na contemporaneidade, embora a tônica das notícias e matérias aí divulgadas assumam uma feição própria de acordo com o governo de cada época. Assim, as guerras, as modas, a cultura, a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

educação, os novos costumes, os movimentos sociais, os embates políticos, as alterações nos modelos de comportamento têm sido divulgados em suas páginas e têm se tornado objeto de discussão. Em suas páginas, é possível identificar a entrada gradativa das mulheres em várias esferas da sociedade, bem como a luta pela participação política, pela garantia de direitos e por um espaço de escrita, como ser pensante e de capacidade intelectual propícia à construção e divulgação do conhecimento. Em seus textos vamos identificando os embates femininos para que a mulher deixe de ser considerada um indivíduo inferior e possa usufruir dos mesmos direitos políticos e dos mesmos bens culturais que os homens.

Na maior parte das sociedades as mulheres sempre foram tidas como seres inferiores, com menos importância, talvez pelo fato de a elas serem atribuídas tarefas pouco valorizadas. Por este motivo muitos movimentos em prol dos direitos femininos foram surgindo e se mantendo em desenvolvimento entre os séculos dos tempos modernos. Mary Wollstonecraft foi uma das primeiras mulheres que questionou a posição feminina na sociedade, em seu livro: "Em defesa dos direitos da mulher" (*Vindication of the Rights of Woman*), publicado no ano de 1792, oportunidade em que defende a desmistificação do "sexo frágil".

No Brasil, um dos primeiros nomes relacionados com a defesa dos direitos femininos, foi o de Nísia Floresta. Nascida no Rio Grande do Norte, iniciou suas atividades como escritora em 1831 no jornal Espelho das Brasileiras, de Pernambuco, escreveu o que ela chamou de uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, e a intitulou "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" (CAMPOI, 2011).

Outro nome bastante ligado ao feminismo no Brasil é o de Bertha Lutz que lutou pela conquista do direito de voto e candidatura feminina. Nasceu em São Paulo no ano de 1894, foi educada na Europa, lugar onde teve o seu primeiro contato com a campanha sufragista inglesa. Em 1922, Bertha participou e representou as brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos (Senado Federal).

A luta das mulheres pelos seus direitos perdurou por muito tempo e ainda continua nos dias atuais. Suas conquistas tiveram grande marco na história e nos movimentos realizados



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

entre os séculos XIX e XX, sempre buscando a transformação da condição da mulher na sociedade através, principalmente, da luta pela participação na cena eleitoral.

No momento em que as mulheres começam a lutar pelos seus direitos, a expressarem suas ideias publicamente, a exigirem a oportunidade de participar nas decisões sobre os rumos do país, a ocuparem um espaço no mercado de trabalho, a questionarem as relações homem-mulher, surgem reações adversas nos mais variados setores da sociedade. [...] A sociedade utiliza-se de várias estratégias para fazer as mulheres desistirem de lutar por seus direitos e influenciar a sociedade a reagir contra essa luta (NUNES, 2006, p. 122).

Essa luta não foi fácil nem pacífica, a sociedade e suas diversas instituições estiveram/estão tempo todo desenvolvendo estratégias que ora retardam a conquista de outros espaços pelas mulheres, ora apontam o caminho de volta à submissão e à invisibilidade.

Embora se saiba que a mulher há muito tempo tem estado presente na luta por melhores condições de vida, sua participação foi geralmente obscurecida ou apagada o que tem dificultado escrever essa história, ou a história de mulheres que, muitas vezes, sozinhas, enfrentaram a sociedade em que viviam, erguendo sua voz, alçando atitudes ou lançando mão da caneta para manifestar a sua insatisfação com a condição subalterna que lhe era imposta. Duarte (2008) faz referência a essa situação no Brasil, como um entrave para que se conhecesse e alcançasse a importância de Nísia Floresta.

No Brasil, em meados do século XIX – e diferentemente do que ocorreu nos estados Unidos, na Inglaterra, na França e na Alemanha, por exemplo – não há notícia de grupos organizados de mulheres lutando pela igualdade entre os sexos. Apenas algumas mulheres, isoladamente, dentre as quais inclui-se Nísia Floresta, empenharam-se na divulgação de ideias que visavam a modificar a condição feminina. (DUARTE, 2008, p.11).

Protagonismo local: o feminismo na Paraíba

Nas primeiras décadas do século XX, a exemplo do que vinha acontecendo em outros estados, nos jornais da Paraíba, percebe-se um movimentar-se das mulheres no sentido de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

adentrar os espaços da imprensa buscando dar visibilidade as suas ideias e à luta por direitos até então destinados apenas aos homens: como educação, voto, ocupação de determinadas profissões etc.

Nessa perspectiva, é que se localiza nas páginas do Jornal A União, em 1913, o texto de Catharina Moura, explicitamente apontando para a discussão sobre os direitos da mulher e se destacando no meio de uma discussão geral sobre educação e outras questões relacionadas, a partir do ideário de uma Universidade Popular, empreendida pelo governo Castro Pinto que planejava uma série de conferências a serem proferidas pela elite intelectual da Paraíba, sendo Catharina Moura a única mulher a fazer uma das conferências, na qual põe em xeque toda a discussão de inferioridade feminina que legitimava a sua condição de inferioridade. As pesquisas realizadas até o momento não localizaram antes do texto de Catharina Moura, na imprensa paraibana e com autoria feminina, outro semelhante, que trate com profundidade e retórica fluente a questão dos direitos da mulher.

Já na década de 1920, tanto no jornal A União quanto em outros periódicos locais em circulação no estado, é possível visualizar uma maior inserção da mulher paraibana na imprensa, ora com a produção de textos dos mais distintos gêneros, como poemas e artigos de opinião, por exemplo; ora como assunto das discussões empreendidas pelos homens, com temáticas que variavam entre as características que lhe imputavam a condição de ser frágil e dependente do homem ou de como os novos costumes que adentravam a sociedade de então poderiam trazer prejuízos a esse perfil tão desejado e acalentado pelas instituições mantenedoras do status quo, como a igreja, a imprensa, a medicina, entre outras; ou ainda estimulando o debate sobre a necessidade de se abrir espaço para que a mulher pudesse, assim como os homens, receber instrução, votar, e trabalhar em setores diversos. Este último caso era mais raro e geralmente criava polêmica. Como exemplo de texto dessa época, pode-se citar o publicado por Eudésia Vieira nas páginas da Revista Era Nova que acidamente apresenta a figura da sufragista como uma revoltada, que merece compaixão, visto que não tendo conseguido a companhia de um homem, torna-se infeliz e assim nada mais lhe resta a fazer do que se envolver na luta pelo direito ao voto!(NUNES, 2006, p.123).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A partir da década de 1930, no jornal A União, começa a ser bem frequente a publicação de textos versando sobre o feminismo, sobre os interesses femininos, sobre temas relacionados à mulher de um modo geral. Eram textos escritos por homens e mulheres, às vezes identificados e outras não; ora favoráveis a essa nova demanda, mas na maioria das vezes temerosos e polêmicos.

Em 1933, um grupo de mulheres paraibanas resolve se organizar para criar uma Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, aproximando-se do perfil da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundado em 1922 por Bertha Lutz e outras companheiras, procurando dar visibilidade às ações dessas mulheres, em sua maioria professoras.

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino foi criada em 11 de março e instalada em 11 de abril de 1933 em João Pessoa, capital paraibana, seguindo a orientação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF - 1922), cujo objetivo maior era a luta pelos direitos da mulher brasileira, especificamente no que diz respeito ao direito de votar, estabelecendo como condição precípua para a emancipação feminina o acesso da mulher à educação. Assim como a FBPF, a APPF desenvolveu ações a fim ampliar o acesso da mulher paraibana à educação. A 1ª diretoria, assim como as subsequentes, era composta por mulheres de destaque na sociedade paraibana pela atuação no sistema educacional local: presidente: Lylia Guedes, vice-presidente: Olivina Carneiro da Cunha, secretária: Alice de Azevedo Monteiro, oradora: Albertina Correia Lima, tesoureira: Francisca de Ascensão Cunha e, bibliotecária: Analice Caldas. (MACHADO, NUNES, 2007, apud. MACHADO, NUNES)

Desde a criação dessa Associação, as notícias e textos das sócias passaram a ser destaques nas páginas do jornal A União, principalmente após a conquista do espaço denominado Página Feminina.

A Página Feminina funcionou com uma frequência regular – a proposta era quinzenal – nos dois primeiros anos, 1933 e 1934. A partir do ano de 1935, percebe-se que a publicação vai saindo num espaço de tempo maior do que 15 dias, mas até 1938 ainda é significativa a publicação de textos.

Enquanto esteve ativa, a Página Feminina, conquistada pela Associação no jornal A União, funcionou como veículo de divulgação do pensamento das associadas em relação aos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mais diversos assuntos. Não só as componentes da direção escreviam, mas qualquer sócia poderia se manifestar sobre qualquer assunto, ou publicando textos literários.

Foram essas mulheres e outras sócias da APPF que deram a tônica na Paraíba de 1930 ao debate sobre os direitos da mulher e que propagaram em seus escritos as ideias feministas em voga no Brasil e em outros países.

É desse lócus que emerge o texto de Albertina Correia Lima, *A mulher e seus direitos em face da nova legislação*, duas décadas após a publicação de Catharina Moura, nas páginas do mesmo jornal.

O que esses dois textos têm em comum? Que aspectos dos direitos da mulher continuam sendo reafirmados? O que isto significa? No próximo tópico, busca-se fazer uma breve leitura dessas questões, a fim de compreender mais a luta das mulheres pelos seus direitos.

Aproximando os discursos

Que mulheres são essas?

Catharina Moura nasceu na capital da Província da Parahyba, em 20 de dezembro de 1882. Foram seus pais Misael do Rego Moura e Francisca Rodrigues Moura. Fez seus estudos primários e secundários na Escola Normal Oficial, onde recebeu o diploma de professora normalista na 11ª turma de concluintes, em 26 de abril de 1902. Feito o curso preparatório no Liceu Paraibano, matriculou-se em 1908 na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu formada e laureada, em 1912, obtendo também o prêmio de viagem à Europa. (MACHADO, NUNES, 2013.)

Em 1913, o governo Castro Pinto organizou um conjunto de conferências sob a sigla de Universidade Popular e convidou a elite intelectual da Paraíba, representada por médicos, advogados, professores etc., a fim de que expusessem suas ideias sobre os mais variados temas que abarcavam desde a instrução pública às habitações populares. Entre os conferencistas, apenas uma mulher: Catharina Moura. Nem todas as conferências planejadas se realizaram, mas Catharina Moura fez a conferência pública, no Teatro Santa Rosa, sobre



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“Direitos da mulher”, no dia 30 de março de 1913, cujo texto foi publicado nos dias 1º e 2 de abril nas páginas do jornal A União, repercutindo na sociedade paraibana, conforme pode ser visto em textos que acusam sua recepção, destacando a qualidade da conferência ou rebatendo seus argumentos, conforme pode ser lido em textos publicados no próprio jornal A União e também n’A Imprensa, órgão de orientação católica¹. Também escreveu, no jornal *A União*, crônica assinada com o pseudônimo de Paraguaçu. Na Escola Normal desta capital, ensinou como professora as cadeiras de Português, Desenho, Francês e História da Civilização, sendo nomeada, em 1917, professora efetiva da cadeira de Português. Mais tarde, Catharina Moura comporia a direção da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino como 1ª oradora.

Albertina Correia de Lima nasceu em 1889 na cidade da Parahyba do Norte, filha de Lindolfo José Correia Lima, professor, Advogado e Deputado Estadual e D. Maria Correia Lima. Após sua formação na Escola Normal da Paraíba em 1912, inicia sua jornada como professora em várias instituições como a Escola Normal e o Liceu Paraibano, dado a falta de documentação, não temos a princípio como informar o início e o fim de sua ligação a estas instituições escolares. Escreveu para os jornais, o Correio da Manhã, A União e A Imprensa e para as revistas Era Nova e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), ao qual era associada desde 1938; também para Brasil Feminino de veiculação nacional. Sua contribuição era com artigos que falavam da força feminina dentro dos estados e do início da modernidade na cidade de João Pessoa – PB. Em 1931 forma-se pela Faculdade de Direito em Recife – PE, única faculdade que ficava próxima à Paraíba, visto que no estado não havia cursos de formação superior; a mesma em que Catharina Moura havia se formado há quase duas décadas. Quando em 1933 é fundada a APPF, Albertina faz parte da primeira direção, como oradora. Faleceu em 18 de março de 1975, deixando marcas através de escritos sobre sua atuação na Paraíba, possibilitando na construção desse artigo. (MENDES, SILVA, 2011).

Vejamos que a semelhança entre os textos escritos já se inicia em seus títulos, o texto de Catharina Moura foi intitulado: *Os direitos da mulher* e publicado em 01 de abril de 1913, o de Albertina Correia: *A mulher e seus direitos em face de nossa legislação*, publicado em 22 de fevereiro de 1933. Pode-se esperar, a partir destes títulos, no mínimo, conteúdos e

¹ Sobre essa repercussão, ver: Machado, Nunes e Mendes, 2013.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

argumentos semelhantes. A conferência de Catharina Moura foi proferida na tarde do dia 30 de março de 1913, no Teatro Santa Rosa, na capital da Paraíba do Norte. A de Albertina Correia Lima foi lida no microfone da Radio Clube da Paraíba no dia 20 de fevereiro de 1933. Ambas foram textos para serem oralizados e só depois publicadas no jornal. Por isso, é visível nos dois marcas da oralidade, como a preocupação em dirigir-se aos ouvintes, por exemplo. As duas conferencistas têm um percurso de formação bastante semelhante, o que lhes dá condições de tratar das leis com naturalidade.

No início do seu texto, Catharina Moura se justifica dizendo:

Quero apenas prevenir-vos, para que não esperei muito de mim na defesa da causa que aqui me traz. Dizer-vos que não sou infelizmente uma feminista; que, apesar de não ter tido eu em nenhuma época da existência o apoio de um braço masculino e ter, por tanto, conhecido por experiência o quanto é útil, o quanto é necessária a elevação feminina pelo trabalho de qualquer natureza, não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente se batem pela elevação, pela emancipação do seu sexo.(MACHADO, NUNES, MENDES, 2013. p. 83)

A autora afirma que não é feminista, no entanto no decorrer da sua conferência defende os direitos civis da mulher, com bastante veemência, mas sempre cuidando para se colocar de fora. Albertina não tem essa preocupação, talvez pelo fato de ter escrito em uma época mais propícia à discussão.

Como já citado acima, os títulos dos textos deixam claro o seu conteúdo, as autoras trazem argumentos para tentar convencer seus ouvintes de que a inferioridade feminina é uma criação social. As duas falam sobre a tão disseminada teoria da inferioridade física e mental da mulher, e atribuem tal fato à falta de instrução e à educação inferior e diferenciada da masculina. Pode-se confirmar no trecho onde Catharina Moura diz:

Ora, impossível seria não soffrer atrophia um cérebro sómente influenciado por factores todos negativos ao seu desenvolvimento, não aniquilar-se uma vontade sujeita, desde as suas primeiras manifestações, á imposição de uma vontade opposta.(MACHADO, NUNES, MENDES, 2013. p. 96)

Albertina Correia também afirma:

A inferioridade physica e mental da mulher não tem as bases biologicas e psicologicas que lhe attribuem.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A diferença observada é antes uma consequência da diversidade de educação e de mistérios a que cada sexo tem dedicado sua actividade. (A UNIÃO, 22 fev. 1933, p. 09)

E ainda continuam argumentando quase nas mesmas palavras. Disse Catharina Moura: “Acreditemos também que essa inferioridade physiologica dê origem á inferioridade phychica. Pobre ser escravizado desde os tempos primitivos como não atrophiar-se, como evoluir?”(MACHADO, NUNES, MENDES, 2013. p. 95)

Albertina Correia Lima apresenta o mesmo argumento em outras palavras: “Trancafiada nos gyneceus, segregada da sociedade, degradada na promiscuidade e na poliandria, com as faculdades superiores atrofiadas pela incultura, a mulher foi, com effeito, um ser inferiorizado.” (A UNIÃO, 22 fev. 1933, p. 09)

Encontra-ses ainda, nos discursos de ambas, o tema do direito ao voto, abordado pelas autoras de diferentes formas, pois no ano de 1913 esse ainda era um sonho a ser alcançado; já em 1933 esse direito se concretizara por decreto no ano anterior. No primeiro discurso Catharina Moura diz:

Falemos sobre: Direitos da mulher, especializando os direitos políticos, isto é, aquelles dos quaes o homem no Brazil não deu ainda á mulher a mínima parcela, achando que muito pesa fidelíssima balança da politica o voto de um homem, mesmo ignorante, quase analfabeto, incapaz de avaliar do valor moral e intellectual de um candidato; ao passo que é impoderavel o voto de uma representante do outro sexo por mais intelligente, culta e mesmo prudente que todos a reconheçam. (MACHADO, NUNES, MENDES, 2013. p. 84)

Já Albertina Correia cita: “O voto politico representa para a mulher o trophéo glorioso de uma lucta que remonta ao inicio da existencia humana. E’ uma conquista aureolada pelos louros da justiça, da verdade e dos meritos contra a violencia, o egoismo e as convenções.” (A UNIÃO, 22 fev. 1933, p. 10).

Comparando os dois textos, percebe-se que Catharina Moura desenvolve uma argumentação mais ampla, mais detalhada, destacando sua posição de não feminista, preocupação condizente com a época, uma vez que o movimento feminista iria assim se denominar e explicitar na década de 1920. O texto de Albertina Correia Lima é mais curto, mas, em síntese, reproduz o que Catharina Moura



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

apontara na década de 1910. Embora para a história, duas décadas seja um tempo curtíssimo, nesse caso já era possível identificar sutis mudanças, pelo menos em termos de organização da luta pelos direitos femininos, todavia sua aceitação era questão bastante polêmica, ainda na década de 1930, uma década depois de criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e momento em que o voto feminino tornara-se legalmente assegurado.

Considerações finais

As discussões sobre os direitos civis e políticos da mulher foram assunto bastante abordado durante diferentes períodos históricos, isto porque sempre houveram motivos para a reivindicação deles. A mulher foi um sujeito oprimido e sua instrução negligenciada durante muito tempo. Viu-se aqui o exemplo de duas mulheres, paraibanas, que também discursaram sobre esta temática, cada uma em seu tempo, com as especificidades e contextualidades do mesmo, mas que se aproximam, muito, no que se refere aos argumentos citados, o que nos leva a pensar sobre a constância desse discurso.

Após leitura dos textos citados, pode-se dizer que, mesmo havendo um intervalo de tempo de duas décadas entre suas publicações, prevalecem as semelhanças de questões a serem defendidas em prol da emancipação feminina, o que denota uma luta que tem se estendido no tempo da história moderna. As autoras argumentam sobre a inferioridade feminina, tentando convencer seus ouvintes de que isto é uma criação histórica e social da sociedade em que vivem. Uma se coloca antes da legalidade da questão; outra quando esse direito já estava assegurado. Todavia a argumentação exposta é comum aos dos textos, o que reflete não se tratar de uma questão de aceite pacífico pela sociedade, já que se precisava justificar sua necessidade e importância.

REFERÊNCIAS



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX.** História (São Paulo) v.30, n.2, p. 196-213, 2011.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta – vida e obra.** 2 ed. Revista. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

LIMA, Albertina Correia. A mulher e seus direitos em face de nossa legislação. **A UNIÃO**, João Pessoa, 22 de fevereiro de 1933, p. 5;10.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte.** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MOURA, Catharina. Os direitos da mulher, **A UNIÃO**, 1º e 2 de abril de 1913, p. 3;2.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. A imprensa paraibana e os direitos da mulher: textos publicados no jornal A União na década de 1920. Scocuglia, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira.** Campinas/SP: Autores Associados, 2006, p. 116-132 (Coleção Memória da Educação).

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira; SILVA, Viviane Freitas da. **Albertina Correia de Lima: as suas contribuições no cenário educacional e político da Paraíba (1889-1975).** João Pessoa: III Seminário nacional gênero e práticas culturais, 2011. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/3/09/03.pdf> Acesso em: 23 abr. 2015.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) e suas ações de incentivo à leitura (1933-1937).** Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20ASSOCIACAO%20PARAIBANA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO%20%28APPF%29.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2015.

Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 23 abr. 2015.



**XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES**